

***Ambições*, de Ana de Castro Osório:
Um projecto de edição**

Vanessa Sofia de Sousa Domingos

**Trabalho de Projecto
de Mestrado em Edição de Texto**

Maio, 2018

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Luiz Fagundes Duarte.

***Ambições*, de Ana de Castro Osório:**

Um projecto de edição

Vanessa Sofia de Sousa Domingos

Resumo

O presente trabalho de projecto teve origem no reconhecimento do papel secundário que frequentemente coube às mulheres ao longo da História, limitando as suas aspirações literárias e promovendo o seu afastamento do cânone da literatura. No início do século XX, um dos nomes cimeiros da luta pela emancipação da mulher foi o de Ana de Castro Osório, que, paralelamente à sua intervenção social e política, desenvolveu uma extensa actividade editorial e literária. Assim, apresenta-se uma edição crítica do seu romance *Ambições*, publicado em 1903 e cuja segunda edição, de 1934, conta com importantes correcções da autora, que não visam apenas alterar aspectos estilísticos ou corrigir incongruências, mas também adaptar o texto ao contexto histórico e social da época.

Palavras-Chave: Ana de Castro Osório, *Ambições*, Feminismo, Escrita das Mulheres, Edição Crítica

Abstract

This project was inspired by the recognition of the secondary role played by women throughout history, which limited their literary aspirations and promoted their distancing from the literary canon. During the early 20th century, Ana de Castro Osório was one of the most important names associated with the struggle for the emancipation of women, a person who, aside from her social and political intervention, developed a wide editorial and literary activity. Therefore, we present a critical edition of her novel *Ambições*, first published in 1903 and with a second edition in 1934, which contains important corrections from the author, not only regarding the alteration of stylistic aspects or the correction of inconsistencies, but also the adaption of the text to the historical and social context of the time.

Keywords: Ana de Castro Osório, *Ambições*, Feminism, Women's Writing, Critical Edition

Índice

Introdução	1
1. Ana de Castro Osório: Nota biográfica	3
1.1 Actividade editorial e literária	4
1.2 Actividade social e política.....	8
2. <i>Ambições</i>	18
2.1 <i>Ambições</i> no contexto da obra de Ana de Castro Osório.....	18
2.2 Tradição editorial.....	25
2.3 O porquê de uma nova edição.....	39
3. Projecto editorial	43
3.1 Modelo de edição.....	43
3.2 Critérios editoriais.....	43
Considerações finais	47
Referências bibliográficas	49
Anexo I: <i>Ambições</i> — Edição crítica	

Introdução

O papel que coube às mulheres ao longo da História foi frequentemente um papel secundário e limitado, reduzido a um contexto doméstico, às funções de filha, esposa e mãe. As suas aspirações intelectuais e artísticas foram muitas vezes menosprezadas, senão vedadas, e a luta pela igualdade de direitos prolongou-se durante séculos, com vários avanços e recuos.

À semelhança de outras actividades profissionais, a escrita das mulheres foi motivo de escárnio, de sucessivas acusações e repressões, e as suas obras, nomeadamente as obras de ficção literária, têm sido sistematicamente silenciadas, desvalorizadas ou esquecidas. Prova disso é o número reduzido de mulheres que integram o cânone da literatura portuguesa, de mulheres cujas obras são reeditadas e disponibilizadas às novas gerações de leitores, de mulheres cujas obras fazem parte dos planos curriculares de ensino.

Ainda hoje persiste um acendido debate sobre género e literatura em que continuam a procurar-se respostas para a desigualdade no tratamento de ficção escrita por mulheres e por homens — ou ficção que trata temas tendencialmente considerados «masculinos» ou «femininos» — no que respeita não só à aceitação do livro pelo público, mas também à sua comunicação, à recepção pela crítica ou à probabilidade de ser distinguido com prémios literários.

O reconhecimento deste contexto foi o ponto de partida e a principal motivação para este trabalho de projecto. Tendo consciência de que o início do século XX foi palco de profundas mudanças que, com raízes já no século XIX, vieram a influenciar a primeira vaga de feminismo em Portugal, optou-se por incidir sobre este período histórico.

No início do século XX, foram várias as mulheres que contrariaram o papel passivo que a sociedade lhes destinava e lutaram para estabelecer uma actividade intelectual e literária, quer através da criação e da participação em periódicos, quer na publicação de obras originais. Ana de Castro Osório foi uma das mais destacadas figuras do feminismo em Portugal e uma das mulheres que, na viragem do século, se destacaram pela intervenção social, cultural e política.

Definida a autora a estudar, e perante a diversidade da sua bibliografia, seleccionou-se uma das suas obras de ficção para adultos que se revelou um interessante

exemplo quer do papel social e interventivo da ficção literária, quer do trabalho posterior de edição de texto influenciado pelas alterações do contexto histórico.

Neste sentido, o presente projecto tem como principal objectivo apresentar uma nova edição da obra *Ambições*, de Ana de Castro Osório, publicada inicialmente em 1903 e sem reedições desde 1934, procurando contribuir para a visibilidade da autoria feminina deste período. É assim encarado como um contributo para um objectivo mais amplo: o de promover o equilíbrio do cânone literário português, lembrando autoras que participaram activamente no panorama cultural e disponibilizando as suas obras para que possam continuar a ser lidas, debatidas e estudadas.

1. Ana de Castro Osório: Nota biográfica

Ana de Castro Osório desempenhou vários papéis ao longo da sua vida — escritora, editora, periodista, activista, conferencista — mas terá talvez ficado na História como pioneira do movimento feminista em Portugal, com uma voz activa na defesa do melhoramento da condição social da mulher, da educação igualitária e do direito ao divórcio. Paralelamente à sua actividade cultural, foi uma republicana convicta, batendo-se pelo fim da Monarquia e pela secularização do Estado, acreditando que traria benefícios à condição da mulher na sociedade, tendo por isso colaborado com o ministro Afonso Costa na redacção da lei do divórcio em 1911.

Além dos seus escritos propagandísticos e da criação e participação em várias associações feministas e republicanas, Ana de Castro Osório teve uma forte actividade literária e editorial, quer na produção, tradução e edição de obras de literatura infantil — nomeadamente a colecção «Para as Crianças» —, quer na escrita de ficção para adultos, obras que geralmente tratavam de temas que lhe eram caros no âmbito da sua intervenção social e política. Para compreender a obra literária de Ana de Castro Osório, nomeadamente o romance *Ambições*, é essencial conhecer um pouco do seu percurso pessoal e profissional e dos ideais, por vezes contraditórios, que definiram a sua vida.

Ana de Castro Osório nasceu no dia 18 de Junho de 1872, em Mangualde, no seio de uma família «tradicional, reputada e erudita» (Esteves, 2014: 29), com o nome Ana Osório de Castro, que veio mais tarde a alterar, invertendo a ordem dos apelidos. A sua mãe, Mariana Adelaide Osório de Castro Cabral de Albuquerque Moor Quintins, era descendente de um governador de Macau. O seu pai, João Baptista de Castro, foi conservador do registo predial e advogado, e mais tarde magistrado. Foi ele quem proferiu a sentença que determinou que a médica Carolina Beatriz Ângelo fosse incluída no recenseamento eleitoral, tendo-se esta tornado na primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto, em 1911, nas eleições para a Assembleia Constituinte. Ana de Castro Osório teve três irmãos: Alberto, que se destacou na área da justiça, João, escrivão de direito, e Jerónimo, que seguiu a carreira militar.

Ana de Castro Osório afirmou não ter tido, como quase todas as suas «colegas da mesma idade e da mesma classe», uma «educação prática, uma educação que me pudesse garantir o amanhã dum bocado de pão» (Osório, 1911a: 104-105). No entanto, aos dezasseis anos já trabalhava como ajudante do pai, ganhando o seu dinheiro. Na

biografia publicada em 2014, João Esteves refere que foi o convívio com o pai e o acesso à sua vasta biblioteca que lhe proporcionaram uma formação abrangente, tendo o seu pai sido igualmente «financiador de decisões editoriais» (Esteves, 2014: 30).

Entre 1893 e 1911, viveu em Setúbal, onde redigiu os primeiros escritos, reunidos no livro *Infelizes: histórias vividas*, publicado em 1898, no qual foram reunidos 14 contos datados entre 1895 e 1897. Foi nessa cidade que conheceu Francisco Gomes Paulino de Oliveira, com quem casou em 1898 e com quem teve dois filhos, João e José Osório de Castro e Oliveira. Paulino de Oliveira foi poeta e propagandista republicano, bem como proprietário de jornais. Com o marido, Ana de Castro Osório estabeleceu uma colaboração profissional frutífera, tendo com ele desenvolvido parcerias editoriais e publicado alguns dos seus artigos em jornais por ele dirigidos.

Durante os anos que viveu em Setúbal, fomentou saraus literários, em que participavam Maria Veleda, Olga Morais Sarmiento e Virgínia Quaresma, «reunindo-se para ler, recitar e discutir textos da sua autoria» (Esteves, 2014: 32); colaborou na fundação da Escola Liberal; e fundou a Livraria Editora Para as Crianças.

1.1 Actividade editorial e literária

Em Abril de 1897, quando Ana de Castro Osório tinha 24 anos, foi lançado o primeiro fascículo da colecção «Para as Crianças», que consistia na publicação regular de histórias provenientes de contos tradicionais: alguns de cariz tradicional, que recolheu a partir de narrativas «da tradição oral e popular» (Esteves, 2014: 37), alguns escritos por si, e outros que traduziu e adaptou em colaboração com Luise Ey e Afonso Hincker, como contos dos irmãos Grimm, Charles Perrault e Hans Christian Andersen. A colecção pretendia igualmente ser uma biblioteca infantil ilustrada, tendo a autora recorrido a vários artistas nacionais para a ilustração das obras. Como não encontrara editor para a colecção, iniciou a sua publicação em folhetos vendidos por assinatura, que, até 1934, totalizaram dezoito volumes.

O interesse de Ana de Castro Osório pela recolha de contos tradicionais de várias regiões do país começou muito cedo, em 1887. Aliando este seu trabalho à vontade de educar as crianças e estimular-lhes a imaginação, iniciou a tarefa de reescrever os contos tradicionais, «dando-lhes uma roupagem literária e um carácter juvenil, sem contudo tirar as marcas peculiares de cada um» (Medeiros, 1997: 44),

alimentando assim a sua colecção dedicada às crianças. Estes contos mereceram uma edição conjunta nos anos 50, publicada pela Sociedade de Expansão Cultural, sob o título *Histórias Maravilhosas da Tradição Popular Portuguesa, recolhidas e contadas por D. Ana de Castro Osório*. Paralelamente, os contos por si recolhidos foram integrados nos *Contos Populares e Lendas*, de José Leite Vasconcelos, pelo que o seu trabalho como colectora de contos orais é considerado por Maria de Fátima Medeiros um trabalho etnográfico «com seriedade e referência de fontes», «um trabalho sério de recolha e preservação, que não só divulgou em periódicos como ofereceu a quem lhes desse tratamento científico condigno» (Medeiros, 1997: 48).

A sua aposta na literatura infanto-juvenil advém da sua preocupação com a educação, atendendo aos elevados níveis de analfabetismo do país à época, considerando que «se tratava de um poderoso instrumento educativo das crianças e do povo, quase analfabeto ou pouco instruído, recusando, por isso, a sua banalização ou infantilização» (Esteves, 2014: 40). Por outro lado, os conteúdos das obras reflectiam as convicções nacionalistas da autora através de narrativas que tinham «ligações às raízes históricas e culturais do país», almejando preservar a identidade nacional e tradições como «as artes regionais, indústrias caseiras, rendas, tapeçarias e o folclore» (*Id., Ibid.*: 40). Maria de Fátima Medeiros considera que os contos infantis de raiz tradicional de Ana de Castro Osório constituem «o primeiro conjunto de textos infantis de autor onde assumidamente se procurou a nossa identidade enquanto povo, retomando temas e motivos tradicionais» (Medeiros, 1997: 7).

Ana de Castro Osório mostrou-se uma pessoa atenta a todos os aspectos do negócio, acompanhando todo o processo produtivo e de vendas, bem como depositando grande cuidado no grafismo e divulgação das obras mediante o desenvolvimento de

campanhas de marketing, incluindo rede de assinantes, edição de bilhetes-postais personalizados, impressão de papel timbrado, anúncios na imprensa, distribuição gratuita por instituições escolares e redacção de *O Jornal dos Pequeninos*, iniciativa editorial com grande impacto na época (Esteves, 2014: 39).

A partir de 1900, Ana de Castro Osório começou a colaborar com vários periódicos, escrevendo textos sobre a situação das mulheres. Entre 1902 e 1904 dirigiu a

revista feminista *Sociedade Futura*; publicou artigos no jornal republicano *O Mundo*; a partir de 1908, foi responsável pela coluna «Por Alto» do jornal *A República*; e em 1909 dirigiu a revista *A Mulher e a Criança*, órgão de comunicação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Não é de estranhar que o percurso literário e interventivo de Ana de Castro Osório tenha tido início na imprensa, tendo em conta que desde meados do século XIX a imprensa periódica tinha vindo a registar uma forte expansão, servindo de plataforma para a divulgação de novas imagens da mulher, residindo aí os primórdios da reinterpretação e redefinição do conceito de mulher. Ana Maria Costa Lopes identifica a época entre 1820 e 1890 como «uma das mais significativas do arranque da acção da mulher em prol da sua libertação» (Lopes, 2005: 21). A autora refere ainda que «os periódicos eram importantes para a veiculação de novas ideias sobre a situação da mulher», e acrescenta que

as publicações periódicas femininas alargam e complexificam o seu universo de interesses, pondo em causa a neutralidade e inocuidade que pareciam fundamentar a legitimação dos conceitos dominantes e a futilidade das coisas que pertenciam ao espaço da mulher (*Id., Ibid.*: 16-17).

Sobre esta delimitação temporal, também João Esteves e Natividade Monteiro afirmam que na viragem do século, várias intelectuais «denunciaram a submissão das mulheres à tutela masculina», mas as importantes mudanças que deram origem à primeira vaga do movimento feminista português têm as suas raízes em décadas anteriores:

O movimento de emancipação feminina começou, ainda que timidamente, na segunda metade do século XIX, com algumas mulheres instruídas e cultas a fazerem da imprensa a sua tribuna em defesa da igualdade de direitos na educação, reconhecimento social e acesso a diferentes profissões (Esteves e Monteiro, 2011: 14).

Tal como Ana Maria Costa Lopes, Zília Osório de Castro enfatiza o importante papel da imprensa periódica na divulgação de novas ideias por parte dos intelectuais da

época, que para tal recorriam à imprensa «desde o início da sua intervenção pública». A autora aponta como vantagens a periodicidade, por permitir «uma contínua relação entre o autor e o leitor e permitir uma informação actual e diversificada», e o baixo custo, que a tornava «acessível a camadas apreciáveis da população». Assim, e recorrendo a textos acessíveis, este meio era usado «não só para informar mas também para formar os leitores» (Castro, 2011: 80).

Consciente destas funções da imprensa periódica, Ana de Castro Osório soube aproveitá-la para a sua intervenção no espaço público, tendo mesmo publicado em periódicos alguns dos textos que veio mais tarde a reunir em livro. A autora estava consciente de que quem lia no país era «uma minoria de intelectuais» (Osório, 1905: 104) e que:

Não lêem as mulheres, o que é muito peor. Porque é em toda a parte o grande publico feminino quem lê os poetas e os romancistas, quem assigna os *magazines* e revistas, quem conhece as mais interessantes brochuras de viagens, quem discute os seus autores, quem faz, enfim, uma reputação literaria. (*Id., Ibid.*: 106)

Ao longo da sua carreira, Ana de Castro Osório procurou contrariar esta tendência, deixando uma bibliografia diversificada. Além da participação em periódicos e da sua colecção «Para as Crianças», continuou a escrever textos dedicados ao público infantil, como *Viagens Aventurosas de Felício e Felizarda* (1922 e 1923), e livros de cariz pedagógico, como *Mães* (1907) e *A Boa Mãe* (1908). Escreveu ainda peças de teatro, como *A Comédia da Lili* (1903) e *Bem Prega Frei Tomás* (1905).

Entre os seus textos de intervenção destacam-se, sobre a condição da mulher, *Às Mulheres Portuguesas* (1905) e *A Mulher no Casamento e no Divórcio* (1911) — que serão abordados no ponto seguinte; no contexto da I Guerra Mundial, *Em Tempo de Guerra* e *Como Portugal foi Chamado à Guerra* (1918); e outros como *A Grande Aliança* (1924), que reúne conferências suas no Brasil.

No campo da ficção para adultos, além de *Ambições* (1903), publicou *Quatro Novelas* (1908) e, principalmente a partir dos anos 20, altura em que começou a dedicar-se preferencialmente à criação literária, *A Capela de Rosas* (s. d., c. 192-), *A Verdadeira Mãe* (1925), *O Direito da Mãe* (1925) e *Mundo Novo* (1927), tendo deixado por editar

os romances *O Mais Forte* e *A Zeladora*, o livro de contos *O Doce Perfume* e o livro de evocações *Outrora*.

Apesar da vasta obra literária que se estendeu ao longo da sua vida, o seu nome chegou aos dias de hoje mais associado à história e à sociologia do que à literatura. Maria de Fátima Medeiros salienta que

Apesar de muito respeitada e considerada enquanto escritora (especialmente nos últimos anos de vida), esse lugar nos dias de hoje não é reconhecido pelos historiadores da literatura. Ana de Castro Osório tem sido e continua a ser uma personalidade muito mais evocada pela história do que pela literatura (Medeiros, 1997: 80).

António José Saraiva e Óscar Lopes, na sua *História da Literatura Portuguesa* apontam a década de 50 do século XX como o período em que «um dos aspectos do alargamento temático ligado a uma nova representação da vida portuguesa é constituído pelo desenvolvimento da literatura de autoria feminina e sobre questões que se prendem com a posição social da mulher». No entanto, realçam nomes de precursoras como Guiomar Torresão, Maria Amália Vaz de Carvalho, e também Ana de Castro Osório e Angelina Vidal, «a primeira autora de literatura infantil, ambas ficcionistas, dramaturgas e activamente ligadas a lutas de emancipação feminina e humana» (Saraiva e Lopes, 1989: 1097-1098).

1.2 Actividade social e política

Ana de Castro Osório foi considerada pelo jornal *O Mundo*, em 1909, como «a mais ilustre intérprete do feminismo democrático em Portugal» (*apud* Esteves, 2014: 45). Em 1905, publicou o manifesto *Às Mulheres Portuguesas*, considerado por Maria Regina Silva como «a primeira obra de propaganda declaradamente feminista desta época» e «determinante na evolução do feminismo português» (Silva, 1983: 905), livro que teve bastante impacto na altura, chegando a ser traduzido para francês.

A sua obra é apresentada por Maria Regina Silva como «impregnada de um autêntico feminismo militante» (*Id.*, *Ibid.*: 891), apesar de o movimento feminista português ser considerado moderado, «nunca declaradamente subversivo ou violento, muito mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do

direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações» (*Id., Ibid.*: 875). O feminismo de Ana de Castro Osório, ou «vários feminismos», como indicado em Esteves (2014: 45), sofreu várias mutações ao longo dos anos, à medida que as muitas transformações do início do século XX tiveram lugar. Os seus primeiros anos de intervenção pública foram marcados por uma voz activa quanto ao direito de voto para as mulheres, a educação igualitária e o direito ao divórcio, tendo mais tarde assumido uma posição mais conservadora, como veremos adiante.

Em *Às Mulheres Portuguesas*, Ana de Castro Osório expõe a situação de ignorância em que é mantida a mulher portuguesa, desconhecadora das leis que regem a sua vida, quando não analfabeta, vivendo num ambiente restrito, «reclusa do convento ou da família» (Osório, 1905: 13), não se deixando «poluir» com o estudo e o trabalho, tendo por único fim agradar. Curiosamente, naquele tempo como hoje, a palavra feminismo era recebida com estranheza,

uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres córam, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que ellas não são responsáveis, louvado Deus!... (*Id., Ibid.*: 11).

Maria Regina Silva e Ana Vicente reforçam que este «é um livro cheio de conceitos extremamente claros e modernos do que é o feminismo, a situação das mulheres» (Silva e Vicente, 1991: 80).

Ana de Castro Osório afirma que «o maior erro do homem é, a meu ver, estar convencido de que a mulher nasce e existe só para o seu prazer e encanto» (Osório, 1905: 32), sendo que

o homem português não está habituado a deparar no caminho da vida com as mulheres suas iguais pela ilustração, suas companheiras de trabalho, suas colegas na vida pública; por isso as desconhece, as despreza por vezes, as teme quasi sempre (*Id., Ibid.*: 11-12).

E acrescenta que «está provado pela sciencia que *intelectualmente* não há sexos privilegiados, mas unicamente individuos» (*Id., Ibid.*: 15). À época, as mulheres informadas e conhecedoras, com interesse pelo estudo e pela leitura eram

ridicularizadas e negativamente apelidadas de «*sabichonas e doutoras*», bem como de «*literatas* — o epíteto mais desagradável que podia ser dito a uma senhora que era vista com um livro na mão» (*Id., Ibid.: 107*).

Paralelamente, Ana de Castro Osório considerava a mulher responsável pela manutenção da sua condição, afirmando que as mulheres da época «não têm desculpa se continuarem na ignorancia e na inactividade» (*Id., Ibid.: 18-19*) e esperando que a mulher viesse a aperceber-se de que «só no trabalho póde encontrar a sua carta de alforria» (*Id., Ibid.: 21*). A autora considerava o analfabetismo «uma das nossas maiores vergonhas nacionais», e lamentava que fosse «a grande maioria das mulheres que eleva pavorosamente a cifra dos analfabetos» (*Id., Ibid.: 50*). É nesse sentido, e por valorizar o papel da mulher na família enquanto primeira educadora das crianças, que questionava como podiam elas fazê-lo: «Mas ensinar o quê, se ellas não sabem o mais elementar, se muitas vezes nem sabem ler e escrever!?» (*Id., Ibid.: 50*)

Uma das principais reivindicações das feministas entre o final do século XIX e o início do século XX era o direito das mulheres à educação, aspecto central do movimento feminista português, a par com a independência económica, os direitos civis e os direitos políticos. Apesar de não ter havido concordância quanto ao tipo de educação a oferecer às mulheres, com algumas vozes a defenderem uma educação ajustada à «natureza mais frágil da mulher» (Cordeiro, 2012: 20), o tópico da educação era unânime, sendo reconhecido que «o estatuto de ignorância das mulheres é a base reconhecida e confessa de todos os males» (Silva, 1983: 899). Em *Comentários à Vida* (1900), Alice Pestana enfatiza os níveis de analfabetismo registados no último censo da população: «em 5 049 729 habitantes há 4 000 957 que não sabem ler», pelo que considerava Portugal «o paiz barbaro da Europa» (Pestana, 1900: 141 *apud* Silva, 1983: 900).

Ana de Castro Osório considerava que a educação das mulheres era feita «sem elevação moral, nem intelectual» (Osório, 1905: 108) e que o caminho teria de passar por

uma educação séria e fundamentada, começando nas coisas práticas e uteis da vida, acabando na literatura e na arte em geral, que é por assim dizer a alma falante d'um povo (*Id., Ibid.: 110*).

O contexto social do país, em que predominava o analfabetismo e a carência económica, associado a um catolicismo enraizado, é uma das causas apontadas para o atraso educativo das mulheres, como enfatiza Célia Cordeiro (Cordeiro, 2012: 26). Estes factores colocavam Portugal muito atrás de países como Inglaterra, França ou os Estados Unidos da América, onde estes temas começaram a ser discutidos mais cedo — o livro *A Vindication of the Rights of Women*, de Mary Wollstonecraft, considerado o primeiro manifesto feminista, foi publicado em 1792 —, onde o ensino secundário da mulher, e nalguns casos o ensino superior, estava estabelecido. Também Ana de Castro Osório (Osório, 1905: 213) louvava a independência das raparigas inglesas ou americanas, afirmando que podiam andar sós, estudar, pensar por si e viver autonomamente, ao contrário das portuguesas, sabendo tanto cuidar da casa como desenvolver uma actividade profissional.

Em 1907, Ana de Castro Osório formou o Grupo Português de Estudos Feministas (GPEF), influenciado por um congénere francês, o Groupe Français d'Études Féministes, dirigido por Jeanne Oddo-Deflou, com quem se correspondeu (Esteves, 2014: 47). O Grupo foi «a primeira agremiação que assumiu a palavra feminista na sua designação» e «procurou difundir os ideais feministas e doutrinar as portuguesas através da constituição de uma biblioteca especificamente virada para os seus interesses» (*Id.*, 2001: 98).

Ainda em 1907, Ana de Castro Osório e outras feministas, como Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda, foram iniciadas na maçonaria, na Loja Humanidade. No ano seguinte, foi formada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), resultado de uma iniciativa dos republicanos Bernardino Machado, Magalhães de Lima e António José de Almeida «de convidar as mulheres portuguesas a juntarem-se numa liga democratica, que trabalhe pela republica, trabalhando pela melhoria de sorte do povo português» (Osório, 1909: 1). Desenvolveu-se assim um maior envolvimento entre a causa feminista e a causa republicana, sendo a LRMP considerada «a primeira organização que, em Portugal, procurou conciliar a intervenção política com reivindicações feministas» (Esteves, 1991: 15). No entanto, Célia Cordeiro adverte que ainda que o movimento republicano apoie os direitos das mulheres, «os republicanos não são feministas; apenas vêm nas mulheres o apoio indispensável à implementação do programa republicano» (Cordeiro, 2012: 18-19).

Na actividade pública de Ana de Castro Osório, os movimentos feminista e republicano interligavam-se, considerando a autora que o novo regime traria melhores condições para as mulheres. Mas apesar de considerar que no período de transição que o país atravessava «a politica não nos póde ser indifferente, nem de interesse secundario», admite afastar-se das suas correligionárias, para quem

a republica é o sistema politico que mais agrada aos seus maridos e parentes masculinos, e onde ellas poderão ser mais felizes. Estejam elles contentes, e ellas ficarão satisfeitas no seu papel tradicional de delicadas e modestas companheiras. Eu [...] quero a republica como libertação e felicidade para as mulheres, visto que a humanidade é composta d'um só grupo de animaes, indiferentemente masculinos ou femininos (Osório, 1910: 5-6).

Em Abril de 1908, apresentou, com Maria Veleda (cf. Esteves, 2014: 14), a tese «Feminismo» no Congresso Nacional do Livre Pensamento, na qual é pedido o «reconhecimento da absoluta liberdade da mulher com relação ao exercicio de todos os direitos individuais, civis, politicos e profissionaes» (APLRC, 1908: 11). No documento definiam-se as primeiras aspirações feministas: educação intelectual e física da mulher, igualdade entre os dois sexos perante o Código Civil, e direitos políticos da mulher. Entre outros pontos, pedia-se a conveniente educação da mulher, a criação de cursos nocturnos gratuitos para «mulheres de todas as condições sociaes» (*Id., Ibid.:* 12), criação de bibliotecas feministas, acesso das mulheres a todas as profissões, admissão de advogados do sexo feminino, igualdade no poder parental, investigação da paternidade, direito a votar e a ser elegível, direito sobre os seus bens, e direito ao divórcio.

Este congresso foi promovido pela Associação Propagadora da Lei do Registo Civil para a discussão de várias teses defendidas pelos livres-pensadores, nas quais se incluíam os direitos políticos e civis, com enfoque no sufrágio universal; a instrução pública; e a separação do Estado e da Igreja, que por sua vez incluía a criação do Registo Civil obrigatório, uma vez que até então, e apesar de várias tentativas anteriores, se mantinha apenas o registo paroquial. De facto, a questão religiosa era tida como central para o republicanismo e para o feminismo republicano, uma vez que consideravam que era a mulher a principal exposta à influência de padres e freiras, e que

era «a mulher a principal arma do clero, o qual não podia ser dissociado do regime que os republicanos combatiam». Da mesma forma, consideravam «opressora» a influência que «o clero e o jesuitismo exerciam na educação ministrada às mulheres e às crianças» (Esteves, 1991: 63).

Estas são questões centrais na intervenção política de Ana de Castro Osório, que, através da LRMP, esteve envolvida nas actividades da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil. Em *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, a autora afirma que:

O divorcio é, principalmente, uma questão de interesse feminino; por isso não existe, na Europa, nos três países de raça latina onde a mulher pela sua ignorancia e passividade menos cuida dos seus interesses. (Osório, 1911a: 84)

E acrescenta que a lei do divórcio «não desviará da igreja um único crente. Libertará os indiferentes e os livres-pensadores; os outros ficarão... como estão». Na sua opinião, cada um deveria ter «o direito de pensar, sentir, crêr, sem ter que dar satisfação aos vizinhos, aos conhecidos, aos amigos, e até aos inimigos» (*Id., Ibid.*: 85).

Nesta obra, que estava em impressão aquando da implantação da República, a autora volta a analisar os artigos do Código Civil cujas disposições são injustas para as mulheres, alertando-as para a situação que as espera com o casamento e reforçando que «os filhos não lhe pertencem», pois o pai «pode educá-los ao seu gosto» e «tirá-los por processos vários» (*Id., Ibid.*: 31). Por outro lado, apresenta a condição da mulher solteira, que atingindo a maioridade «é senhora da sua vontade, dos seus bens e do seu trabalho» (*Id., Ibid.*: 39), apesar de não adquirir direitos políticos como os homens.

A autora analisa os rituais do noivado e do casamento religioso, apresentando o seu contexto histórico e comparando as tradições portuguesas com as de outros países, nomeadamente as de tribos africanas, com o intuito de demonstrar como

as cerimoniaes nupciaes são hõje, e serão ainda por muitos annos, em todas as classes e em todos os povos, a repetição mais ou menos embelezada, mais ou menos disfarçada e poetisada, do contrato brutal em que a mulher era a mercadoria vendida, trocada, ou simplesmente oferecida, ao seu novo senhor (*Id., Ibid.*: 78).

No entanto, a autora sempre foi favorável ao casamento, afirmando que este

representa a união de dois seres que se amam e que desejam viver na mais completa e natural convivência, supondo que os seus corações nunca os falseiem, que os seus espíritos nunca mudem [...]. Tudo o mais é divórcio de vontades [...] (*Id., Ibid.:* 97).

E acrescenta que a maioria das mulheres que reclamam o divórcio não o querem usar, encarando-o não como uma libertação pessoal, mas colectiva (*Id., Ibid.:* 83).

Ainda nesta obra são incluídas as reclamações da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, reunidas num documento entregue ao governo provisório em 26 de Outubro de 1910 e das quais voltam a constar a lei do divórcio (que seria aprovada no dia 3 de Novembro de 1910), a revisão do Código Civil, direito a eleger e ser elegível e acesso ao mercado de trabalho em igualdade de circunstâncias. Quanto ao voto, as signatárias afirmam que «achámos de toda a justiça que o sufrágio universal se estabeleça o mais depressa possível, com igualdade de direitos para homens e para mulheres», mas «para de modo algum entrar o governo da Republica», começam por pedir «o voto apenas para toda a mulher que seja comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário, escritora, etc.», admitindo desde logo que seria fácil de conceder considerando que «as mulheres que estão nessa situação especial são, infelizmente, bem raras em Portugal» (*Id., Ibid.:* 163).

O voto restrito é uma das reivindicações que têm contribuído para alimentar o debate sobre Ana de Castro Osório. João Esteves considera que perante a realidade do país «seria imprudente reivindicar o sufrágio universal, como seria justo» (Esteves, 2014: 49-50) e que este tema «não colheu consenso quanto à oportunidade, por se pensar poder reforçar a causa monárquica em resultado da ignorância e escassa representação das mulheres» (*Id., 2008:* 44). Maria Regina Silva aponta também que ainda que o voto fosse um ponto de honra na luta das feministas, por vezes era expresso «com toda a clareza, outras com uma prudência que a situação política da época requeria» e enfatiza que ainda que fosse uma «modesta pretensão» (Silva, 1983: 891-892), não foi concedida.

Foi nesta altura, constatando que também na República apenas os homens eram considerados cidadãos de pleno direito, que Carolina Beatriz Ângelo «tentou chegar às urnas por um caminho alternativo» (Castro, 2011: 93). Uma vez que na lei eleitoral se estipulava que «eram eleitores os portugueses de mais de vinte e um anos, que soubessem ler e escrever e que fossem “chefes de família”» (Souza, 2013: 33), não excluindo explicitamente as mulheres, a médica e activista apresentou um requerimento para ser inscrita nos cadernos de recenseamento eleitoral, o qual foi indeferido. Carolina Beatriz Ângelo recorreu para o Tribunal da Relação, tendo o seu processo sido apreciado pelo juiz João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório, que proferiu uma sentença positiva. Foi assim que Carolina Beatriz Ângelo, acompanhada pela amiga Ana de Castro Osório e «cerca de dez membros da Associação de Propaganda Feminista» (Castro, 2011: 94), foi a primeira mulher a exercer o direito de voto em Portugal, no dia 28 de Maio de 1911. No entanto, a lacuna foi rapidamente corrigida, e a lei eleitoral de 1913 passou a discriminar o sexo dos eleitores, contemplando apenas os cidadãos portugueses do sexo masculino (Souza, 2013: 36).

O pensamento de Ana de Castro Osório ficou marcado por ideias contraditórias que se enfatizaram após a implantação da República. A desilusão perante a negação do direito ao voto e da expansão da instrução da mulher por todo o país tem sido apresentada como uma possível justificação para uma viragem para ideias mais conversadoras que iam contra as suas reivindicações mais antigas, nomeadamente no que respeita à definição de feminismo e ao papel da mulher na família. Da mesma forma, a análise suscitada pelas suas obras pode também ela comportar leituras contraditórias.

Maria Eduarda Santos considera que Ana de Castro Osório «apresenta formas de nobilitar a ação da mulher na sociedade portuguesa, não só nem exclusivamente pela sua entrega à família e nela construindo a sua identidade», e que a protagonista das suas obras pode ser «além de filha, mãe e esposa, médica exemplar, jornalista ativa ou escritora consagrada» (Santos, 2011: 367-368). Por outro lado, Célia Cordeiro identifica na sua escrita um «feminismo patriarcal» (Cordeiro, 2012: 19), uma vez que a autora falha em apresentar nas suas obras personagens e cenários verdadeiramente revolucionários, acabando por não romper completamente com o sistema de valores defendido pela sociedade em que se inseria. Realça ainda que Ana de Castro Osório «não ilustra na sua ficção burguesas mães independentes economicamente, exercendo

uma profissão fora do lar» nem «mães operárias ou mães solteiras como protagonistas, mas maioritariamente casadas, centro do lar, e que vivem em função da família» (*Id.*, *Ibid.*: 21).

Na análise de João Esteves, o surgimento da Primeira Guerra Mundial «fez emergir a última fase feminista, a de feminista nacionalista, cuja prioridade era a defesa da intervenção do país ao lado dos Aliados e o apoio aos soldados mobilizados» (Esteves, 2014: 57). Nesse sentido, Ana de Castro Osório fundou a Comissão Feminina pela Pátria, juntamente com Ana Augusta de Castilho, Antónia Bermudes e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho, procurando mobilizar as mulheres portuguesas para o esforço da guerra. Mas, se por um lado «este feminismo nacionalista serviu para valorizar a importância social e económica das mulheres em tempos de guerra», por outro «contribuiu para minorizar o papel das feministas como grupo de pressão, esvaziando-as num contexto de unidade nacional em que a “Pátria” se sobrepunha a todas as reivindicações» (*Id.*, *Ibid.*: 58).

Também Célia Cordeiro afirma que os ideais de Ana de Castro Osório «sofrem uma reorganização em função de valores nacionalistas», tendo a autora contribuído para o «fortalecimento do espírito nacionalista do movimento republicano» (Cordeiro, 2012: 49-50). Os seus escritos mais tardios parecem indicar que a autora deixou de «encontrar no divórcio uma via a seguir pela mulher vintista» (*Id.*, *Ibid.*: 60), nomeadamente porque a carência de instrução e preparação para o exercício de uma profissão fora do lar dificulta a independência económica na mulher. Além disso, na época,

o trabalho feminino — se não correspondesse ao da esfera masculina, o que raramente acontecia —, era mal remunerado, pelo que não permitia à mulher que optasse pela união livre usufruir de uma subsistência condigna (Santos, 2011: 339).

Segundo João Esteves, as suas últimas obras parecem reflectir estes aspectos «conservadores, nacionalistas e, porque não, retrógrados para quem já tinha tido outra postura», pois estão embebidos nessas «opiniões contraditórias com as que sustentou enquanto feminista e educadora». Assim, na sua produção literária, apresenta-se «a mulher enquanto veículo regenerador da Nação e da preservação da Identidade Nacional», além de demarcar «num espírito de classe muito acentuado, as burguesas das

operárias e camponesas quanto às necessidades da educação, trabalho e independência económica» (Esteves, 2014: 61).

A moderação nos ideais de Ana de Castro Osório, bem como este aparente retrocesso na sua actividade social e política podem originar da sua prudência tendo em conta a sociedade em que se inseria, levando-a a não ser demasiado ambiciosa nas suas reivindicações. Segundo Maria Eduarda Santos,

a autora veicula claramente a informação de que, enquanto feminista que também é, não pactua com excessos que possam desvirtuar a luta legislativa que norteia a sua actividade e que não cumpram os princípios basilares da defesa social da mulher (Santos, 2011: 339).

Também Célia Cordeiro afirma que

talvez essa tenha sido a forma encontrada pela Autora para ser ouvida na sociedade e, ao mesmo tempo, ganhar o respeito das suas congéneres de classe numa altura de inúmeras transformações sociais e políticas na sociedade portuguesa de então (Cordeiro, 2012: 53).

É, em parte, esta complexidade que torna Ana de Castro Osório uma figura tão fascinante. Simultaneamente produto do seu tempo e à frente do seu tempo, Ana de Castro Osório mostrou-se uma pessoa inteligente e perspicaz, atenta às mutações do contexto social e político, tal como às necessidades e interesses dos seus leitores, e capaz de se adaptar a elas, permanecendo relevante, de diferentes formas, ao longo de todo o seu percurso profissional. Nas suas palavras:

Esta é a nossa missão no momento actual. Muitos nos ficam atrás e nos acham demasiado avançadas; outros, já lá muito acima, alcunham-nos de preguiçosas e atrasadas. Nem uma coisa, nem outra. Estamos no nosso lugar, auxiliando as que não podem nem sabem subir sósinhas (Osório, 1909: 4).

2. *Ambições*

2.1 *Ambições* no contexto da obra de Ana de Castro Osório

Publicado inicialmente em 1903 e reeditado em 1934, *Ambições* é um romance cuja narrativa incorpora vários temas caros à intervenção cívica de Ana de Castro Osório, temas centrais ao debate social e político do início do século XX, como o papel social da mulher, o direito ao divórcio, e a educação. A centralidade deste romance no contexto da obra da autora reside precisamente no facto de incorporar muitos dos temas que viriam a constar das suas obras educadoras e propagandísticas posteriores, como *Às Mulheres Portuguesas* (1905) e *A Mulher no Casamento e no Divórcio* (1911), enunciadas anteriormente, sendo um bom exemplo de como a ficção literária pode e deve desempenhar um papel social, além de um papel artístico. Neste sentido, Maria Eduarda Santos nota:

Consciente de que os enunciados de propaganda teriam como público uma camada mais instruída da população e, por conseguinte, mais restrita, Ana de Castro Osório sabe que, fazendo-os anteceder de composições ficcionais — contos, novelas e romances —, tem a possibilidade de cativar um leque mais amplo de leitores, de chegar mais perto do seu público-alvo, as mulheres, grandes consumidoras de textos de ficção em Portugal e que era necessário instruir e autonomizar (Santos, 2011: 129).

A acção decorre numa vila portuguesa do interior onde o **progresso** demora a chegar, como fica patente desde o início no contraste apresentado entre a botica velha, que sempre tinha servido a população da terra, e a botica nova, que introduz novos medicamentos, que na vila consideram «venenos»:

— Decerto! Hoje entrei na farmácia para o Sr. Domingos me fazer duas hóstias de antipirina.

— Anti, anti, quê?!... — abria a boca e os olhos de espanto, o boticário.

— Antipirina. Não tem cá? É remédio para a dor de cabeça; não tem, não conhece? — volveu João impacientado.

— Talvez tenha, talvez. Mas é que esses remédios estrambólicos, quem os arranja é o sr. dr. Ramalho. Como é quem os receita!... Eu cá não me criei com êsses venenos.

— São venenos, são, mas a gente já se não sabe curar com outra coisa e então é melhor o sr. Domingos arranjar um praticante (Osório, 1934: 50)¹.

É igualmente mencionado o atraso verificado na **educação** comparativamente a outros países europeus — «Olhe que não há por lá muito quem não saiba ler nem escrever, como cá» (1934: 50) — e nos **serviços municipais**, como a iluminação — «Era ao acender dos candeeiros de petróleo, — não chegara ainda a civilização da electricidade a todos os cantos de Portugal» (1934: 13).

A **condição social da mulher** é abordada de diversos pontos de vista. Por um lado, é apresentada a falta de conhecimento que a mulher burguesa tem da sua situação, sendo a sua educação orientada por frivolidades. É criticada a passividade com que algumas mulheres encaram a sua situação, não procurando instruir-se e actuar para alterar o estado das coisas, pois «nem mesmo querem dar-se ao trabalho de pensar. Se elas pusessem no bem da pátria e da família a energia que dispendem em futilidades, alguma coisa poderiam fazer...» (1934: 58) É também criticada a vaidade excessiva e a sobrevalorização da beleza física, que «não correspondia ao desenvolvimento das faculdades intelectuais» (1934: 28).

Estes argumentos utilizá-los-ia mais tarde, ao afirmar que: «A rapariga portuguesa não tem opiniões, para não ser pedante; não lê, para não ser *doutora* e não ver fugir espavoridos os noivos, que por acaso a procurassem.» (Osório, 1905: 215) Paralelamente, são tecidas críticas ao **modelo educacional** da época, que não preparava as mulheres para o exercício de uma profissão fora do lar com a qual pudessem sustentar-se autonomamente, deixando-as na «miséria mais desoladora, a dos incapazes para o trabalho» (1934: 43). Quando uma das habitantes da vila se oferece para ensinar piano, porque «escrevia muito mal e que de contas sabia pouco», Isabela diz-lhe que

piano não precisava, porque pretendiam educar para o trabalho e para a vida, e o piano, como qualquer outro instrumento ou arte, só se queria cultivado em pessoas de raríssima vocação e ensinado por professores que soubessem bem a fundo a sua arte, aliás era uma inutilidade (1934: 187).

¹ Daqui por diante, as citações das duas edições do romance *Ambições* (1903 e 1934) serão apenas referidas pelo ano de publicação e página.

Esta caracterização da mulher da época é materializada na personagem de Cândida, que a mãe considerava «*formosa de mais para pobre*» (1934: 27) e que se valia da sua beleza física para garantir um estatuto social correspondente às suas ambições.

Incapaz de procurar a independência pelo trabalho, que considerava uma coisa impossível para belezas excepcionais, como a si mesma se considerava, ia continuando a receber tudo daqueles que no seu íntimo odiava, por isso mesmo que tudo lhes devia (1934: 28).

O papel passivo destinado à **mulher no casamento** é também abordado, sendo criticada a submissão com que as mulheres eram educadas para aceder às determinações dos maridos:

Na nossa sociedade, que se apregôa a ultima palavra de civilização, raramente a mulher é a companheira do homem. Êle quer ser senhor; ela, como todo o escravo, corrompe-o (1934: 105).

No romance, as jovens da vila tinham «uma mocidade consumida a procurar marido, logo inferiorizadas após o casamento, tornando-se criadas dos filhos e as servas do homem que as sustenta a veste» (1934: 138). Estas eram vivências

de quem lhes falta, para sacudir os nervos e higienizar a alma, uma educação de trabalho remunerador que as liberte da escravatura feminina, que só tem por carta de alforria... a porta da igreja que dá para o casamento (1934: 171)

Este tipo de desigualdade leva a que Isabela Burns, a protagonista, afirme que não se casará nunca, pois como diz a sua amiga Maria Helena, não admite o casamento «como estado social, como único emprêgo para a arrumação da mulher» (1934: 157). Estes termos voltariam a ser usados pela autora mais tarde, quando afirmou que

o casamento português é, na maioria dos casos, pura e simplesmente uma arrumação para a mulher, o amparo, como que o asilo, para a pobre invalida, incapaz de ganhar pelo trabalho a subsistencia e o conforto (Osório, 1905: 198).

Isabela é representada como uma mulher à frente do seu tempo, começando pelo estilo de vestuário, mas principalmente pelos seus comportamentos, como passear sozinha com um homem, o que era considerado «escandaloso» na província portuguesa, mas «perfeitamente natural e correcto em todos os países onde as mulheres são mais respeitadas» (1934: 162).

Isabela acaba por casar-se com João, com quem tem uma posição de igualdade e com quem partilha valores e afinidades. Sobre este ponto, Maria Eduarda Santos (Santos, 2011: 335) relaciona a omissão dos aspectos relativos ao noivado de Isabela e João com a opinião da autora sobre os rituais do casamento apresentada posteriormente em *Às Mulheres Portuguesas* e *As Mulheres no Casamento e no Divórcio*.

Quantas coisas fazemos e usâmos, que, sem o presentir, recordam apenas cerimonias e distinctivos da nossa servidão, desde as joias com que nos adornâmos [...] que apenas são o resto das cadeias que prendiam a escrava ao senhor (Osório, 1905: 226).

E relacionando esses costumes com os do casamento moderno:

O que significa o pedido do casamento, o que é hoje legalmente esse costume? Nada mais do que uma deferencia das filhas e dos noivos. Perante a lei, a mulher maior de vinte e um anos não deve ser pedida a ninguém, visto que se pertence sómente a si propria (*Id., Ibid.: 227*).

Ainda no contexto do casamento, é abordado o **divórcio**, tema muito presente na escrita e na intervenção política de Ana de Castro Osório. O tema é ilustrado através de Maria Helena, uma personagem presa num casamento infeliz, abandonada por um marido de quem não pode divorciar-se e que aos olhos da lei é considerado «o dono legítimo» da sua casa e «senhor da sua vontade» (1934: 252). De facto, de acordo com o Código Civil de 1867, em vigor aquando da publicação da primeira edição de *Ambições*, apesar de se determinar que ambos os cônjuges têm posse dos bens comuns, apenas ao marido cabe administrá-los, só podendo a mulher fazê-lo com consentimento do marido (artigos 1117.º, 1189.º e 1193.º). De igual modo, era definido que a mulher devia obediência ao marido (artigo 1185.º).

Neste contexto, há ainda uma subtil referência ao **casamento civil**, no seguimento de uma conversa sobre um jogo de cartas em que uma das personagens menciona um casamento entre a uma dama e um rei.

— O que se chama aqui um casamento?

— É apresentar os dois juntos, é uma espécie de casamento civil...

— Que é lá isso, que é lá isso, perguntou da roda do *police* o padre-cura. — Já falam em casamento, sem me ouvirem em confissão?!... — e riu da graçola, a que o Motazinho achou muito chiste.

— Não são desses casamentos — respondeu com imperturbável serenidade mademoiselle Hortense — são casamentos sem padres. Duram apenas o tempo da partida e dispensam bênçãos papais. Casamentos *nouveau style*. É um jogo delicioso, não acha Mr. Vilhegas?

— Divino, minha senhora!... (1934: 70)

Perante o argumento de que as relações extraconjugais dos homens eram uma situação «tão vulgarizada» na sociedade em que viviam que ninguém «lhe dará a mínima importância» (1934: 255), Isabela argumenta que ainda que não seja um escândalo, «é estúpido para uma mulher honesta que tem invencível repugnância pela mentira reconhecer que tem vivido rodeada delas» e que «se houvesse divórcio tudo se liquidava bem», mas «assim é a condenação irremediável das mulheres honestas» (1934: 225). O Código Civil de 1867 previa a separação, mas apenas em caso de adultério da mulher, ou de adultério do marido «com escândalo público, ou completo desamparo da mulher» (artigo 1204.º), o que deixava a mulher numa situação de particular vulnerabilidade.

No primeiro número da revista *A Mulher e a Criança*, órgão de comunicação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a redacção responde a uma das associadas que

Applaudimos a sua resolução de não se querer casar sem estar promulgada a lei do divórcio, porque, realmente, em Portugal, a mulher casada, perante a lei, é igualada aos menores e aos doidos.

Temos esperança de que, em breve, as leis se hão de modificar. (LRMP, 1909: 5)

É também através da voz de Isabela que a autora aborda o **papel da mulher na sociedade**, quando diz que «nós as mulheres já temos os nossos direitos: queremos também as nossas responsabilidades. Desprezamos a vossa piedade cavalheiresca, que nos dava a irresponsabilidade... das crianças» (1903: 194 — na edição de 1934, este excerto foi alterado, o que se encontra explicado na nota 308, página 125 da edição crítica). Isabela exige também igualdade no tratamento, afirmando que despreza «conveniências que obrigam um homem a calar uma resposta altiva a uma mulher e o deixam babujar insultos sob forma de galanteios à primeira que passa, queira ou não ouvi-los» (1934: 251).

Identifica-se também uma crítica à forte influência da **religião** na sociedade, uma das questões caras ao movimento republicano e ao feminismo da época, como foi anteriormente mencionado.

Mataram-no os beatos que se meteram lá em casa e que êle não podia suportar. Com as suas ideias livres, a sua consciência clara, era um escândalo na casa que se tornou um asilo de quantas irmãzinhas, frades e freiras, aparecem por aí. O rapaz dizia, e dizia bem, que não se importava que rezassem e jejuassem sempre que lhes apetecesse, mas que o não quisessem converter a êle, que o deixassem em paz ir para o inferno ou para o céu à sua vontade (1934:19).

O romance aborda ainda a **educação e a formação**, enfatizando uma das grandes preocupações da época, atendendo ao contexto de analfabetismo e pobreza. Isabela e João, com o apoio de outros habitantes, tentam implementar o seu «ideal humanitário, não dando esmolas para entreter o vício da pobreza mas educando» (1934: 185), num trabalho de acção social que se assemelha à construção de uma vila-modelo. Organizam «um razoavel serviço de inspecção à miséria» (1934: 186), adaptam para hospital e para escola duas casas da família, planeiam criar oficinas, uma creche, um asilo-escola, um lar para idosos, mas «orientado de maneira a não fazer dos desditosos que se obstinam em viver uma espécie de revoltados contra a própria beneficência que os força à prisão» (1934: 186). João planeia ainda um bairro operário, «com casas simples mas não desprovidas do encanto que só a arte pode dar, bem saneadas e arejadas, com janelas e portas bem largas e com seu jardimzinho à frente e pátio interior» (1934: 186). Isabela tinha ainda o projecto de fundar uma escola de

enfermeiras, com o apoio financeiro do tio, com o objectivo de formar profissionais «segundo os preceitos da ciência e da higiene moderna» (1934:200), inspirada pela obra de Florence Nightingale.

Também esta perspectiva sobre a importância da **iniciativa privada** no melhoramento das condições sociais é mais tarde abordada noutra das suas obras, quando a autora afirma que «é da iniciativa particular que devem partir as boas ideias exequíveis, que o governo será obrigado a auxiliar e adoptar, quando a opinião pública as imponha» (Osório, 1905: 156). A este modelo de apoio social, a autora contrapõe outro, que critica, baseado na caridade, por oposição à instrução. D. Genoveva, «muito agarrada aos velhos preceitos em que fôra criada» (1934: 244), fazia saias e casacos de lã

para as criancitas pobres, na convicção íntima de que era assim que se praticava o bem: distribuir esmolas a uns e a outros conforme o capricho e a simpatia de cada qual, sem livros e sem escolas... «Escolas para quê?! Só se era para os criados se julgarem mais senhores do que os próprios patrões»... (1934: 245)

Este excerto ilustra as convicções da autora, que não se coibia de criticar a sua própria classe social. Mais tarde, voltaria a abordar o assunto, afirmando que

desde que me encontrei com uma pena na mão a escrever para público a tenho utilizado a defender os victimados pelas condições sociais e a educar e alegrar as crianças, sabendo como logo de princípio me afastei abertamente do campo em que me encontrava por hereditariedade e educação e onde bem facilmente encontraria um público compensador para o meu trabalho (Osório, 1911b: 9).

Maria Eduarda Santos enfatiza que, em *Ambições*, Ana de Castro Osório «procura demonstrar que o estado de ignorância em que a sociedade patriarcal mantém a mulher é nocivo a toda a comunidade, na medida em que a mãe é a primeira educadora da criança». Paralelamente, «estabelece a distinção entre a tradicional educação feminina, sobretudo burguesa, que tinha como único objetivo o casamento, e o novo conceito de formação, útil e prática, que habilita para a vida» (Santos, 2011: 85).

Além de evidenciar muitos dos temas em discussão na sociedade de então, o romance contrapõe à ambição desmedida, ao desejo de riqueza, sucesso e ascensão social, por vezes obtidos por meio de casamentos por interesse, um ideal de vida digna, activa e útil à comunidade, bem como uma noção moderna de casamento, assente no amor e nos objectivos e propósitos comuns.

No próprio título do romance podem destringir-se duas alusões. A primeira e que se torna mais óbvia durante a leitura, é a já referida crítica a um tipo de conduta que assenta na avidez de alcançar benefícios para proveito próprio, quer seja na política — por meio de esquemas fraudulentos e do aproveitamento de conhecimentos —, quer no meio social — através de casamentos por conveniência —, quer ainda na Igreja — meio em que se verificam quezílias entre diferentes ordens religiosas. A segunda alusão, que pode considerar-se implícita no texto, é o reverso da medalha da primeira: a ambição no sentido positivo de transformar a sociedade num lugar mais tolerante e multilateral, com igualdade de direitos e oportunidades, um lugar mais justo, evoluído e feliz.

2.2 Tradição editorial

A edição original de *Ambições* foi publicada em 1903 pela Livraria Editora Guimarães, Libânio & C.^{ia} e passariam 31 anos até que uma nova edição fosse disponibilizada aos leitores. Em 1934, foi publicada a segunda edição pela Livraria Editora Parceria A. M. Pereira, cuja capa é ilustrada pela pintora e ilustradora Raquel Gameiro, que havia colaborado anteriormente com Ana de Castro Osório, nomeadamente na sua colecção «Para as Crianças».

Analisando comparativamente as duas edições do romance, é possível identificar várias alterações introduzidas pela autora, que visam não só corrigir erros ou incongruências existentes na primeira edição, como actualizar o texto de forma que este acompanhasse as mudanças sociais, políticas e tecnológicas decorridas no país nas três décadas que medeiam as duas edições. Assim, na segunda edição, encontramos uma narrativa na qual foram suprimidos ou generalizados alguns dos elementos que contribuíam para datar o texto original, como sejam referências específicas à unidade monetária, ao vestuário, a certos meios de transporte ou a tecnologias.

Para melhor identificar as correcções inseridas na segunda edição, estas foram agrupadas em cinco categorias: 1. Alterações de ortografia e pontuação, 2. Alterações

estilísticas, 3. Adaptação ao contexto histórico, 4. Adaptação ao contexto social, e 5. Narrativa. As categorias 1 e 2 dizem respeito a alterações leves ao texto (que não afectam o conteúdo), e as categoriais 3, 4 e 5 respeitam a alterações fortes (que afectam o conteúdo). Para cada categoria são apresentados alguns exemplos das variantes identificadas, ou seja, as passagens do texto que diferem entre as duas edições que compõem a tradição editorial. As passagens do texto citadas são apresentadas em tabela, lado a lado, sendo cada uma das edições referidas pelo ano de publicação e a página.

1. Alterações de ortografia e pontuação

Na edição de 1934, além da actualização da ortografia, conforme a Reforma Ortográfica de 1911, foi alterada a pontuação no discurso directo. Na edição de 1903, as falas das personagens eram introduzidas com travessão e aspas angulares sem fecho, passando a ser utilizado apenas o travessão.

Outra alteração prende-se com a pontuação no discurso indirecto livre, que na primeira edição era sinalizado com travessão, como se se tratasse de discurso directo, e na segunda edição passou a ser sinalizado entre aspas. Contudo, esta alteração não se verifica em todos os casos.

Chegava o juiz, arrastando a perna gottosa
ao lado da mulher vestida de côr de canna,
— «com um fato usado, explicava o
marido, porque para festas no campo não
se podia levar coisa boa.
(1903: 159)

Chegava o juiz, arrastando a perna gotosa
ao lado da mulher vestida de cor de cana,
«com um fato usado — explicava o marido
— porque para festas no campo não se
podia levar coisa boa».
(1934: 125)

É ainda relativamente frequente a substituição de ponto final por ponto de exclamação, como nos exemplos abaixo.

— «Eu nem digo que creio nem que descreio.
Não sei nada.
(1903: 63)

— Eu nem digo que creio nem que descreio.
Não sei nada!
(1934: 50)

— *Les morts vont vite*, meu amigo.
(1903: 181)

— *Les morts vont vite*, meu amigo!...
(1934: 141)

Verificou-se também o aportuguesamento da palavra *cache-nez* para «*cachené*» e da expressão *mezza voce* para «*meia voz*». No entanto, outros estrangeirismos foram mantidos.

2. Alterações estilísticas

Nesta categoria incluem-se vários tipos de alterações que, sem afectarem o conteúdo da narrativa, expressam opções estilísticas da autora e que podem contribuir para amplificar ou reduzir os significados, de acordo com a categorização apresentada por Luiz Fagundes Duarte (cf. Duarte, 1993).

Uma das alterações mais frequentes é a supressão de pronomes, como nos exemplos que se seguem, sendo esta uma das alterações sem impacto significativo no texto.

Um dia, quando **ella** era ainda muito
criança
(1903: 23)

Um dia, quando era ainda muito criança
(1934: 26)

dando-lhe tudo que **elle** necessitava
(1903: 23)

dando-lhe tudo que necessitava
(1934: 27)

Paralelamente, verificam-se casos de alteração vocabular com impacto no sentido do texto. Nos exemplos abaixo, identifica-se um processo de amplificação por expansão, contribuindo para uma descrição mais pormenorizada do estado de espírito da personagem ou da sua própria caracterização.

Querias que impudicamente abrisse a
minha alma e lha mostrasse **despedaçada**
(1903: 157)

Querias que impudicamente abrisse a
minha alma e lha mostrasse **diluída e
torturada**
(1934: 124)

Pode ganhar-se sem ter jogo nenhum, é
questão de **finura**.
(1903: 81)

Pode ganhar-se sem ter jogo nenhum, é
questão de **esperteza e sangue-frio**.
(1934: 68)

No exemplo que se segue, identifica-se uma ampliação por particularização, tendo a autora procurado descrever a aparência da personagem com maior exactidão.

uns olhos de velha porcelana **desmorecida**
pelo uso
(1903: 166)

uns olhos de velha porcelana **descolorida**
pelo uso
(1934: 130)

Na passagem seguinte, a autora substituiu «emudecido» por «contrariado», no que se pode considerar um processo de redução por precisão, ao optar por um termo que clarifica o contexto em que a personagem agiu.

porque há momentos em que o instinto, de ordinário **emudecido** pelas conveniências, pela educação e pelo sentimento, se insurge
(1903: 35)

porque há momentos em que o instinto, de ordinário **contrariado** pelas conveniências, pela educação e pelo sentimento, se insurge
(1934: 34-35)

O exemplo que se segue reflecte um caso de redução por generalização, em que, ao substituir «mais alta, nobre e bela» por «maior», a frase se torna menos enfática.

da **mais alta, nobre e bella** das alegrias femininas
(1903: 44)

da **maior** das alegrias femininas
(1934: 41)

3. Adaptação ao contexto histórico

Nesta categoria incluem-se as alterações que têm como objectivo a adaptação do texto à época de publicação da segunda edição (anos 30 do século XX), no que respeita a circunstâncias, objectos e tecnologias do quotidiano que contribuem para localizar a acção no tempo. Conjectura-se que a intenção da autora tenha sido a de simplificar a leitura aos leitores contemporâneos, eliminando referências desactualizadas.

a) Regime político

A primeira edição foi publicada durante a Monarquia e a segunda edição já no Estado Novo, pelo que a autora introduziu correcções no texto que acompanham as alterações políticas, como se procura reflectir nos exemplos seguintes.

como da nobreza que em tempos d'alli
sahiu e se espalhou pelo **reino**
(1903: 1)

como da nobreza que em tempos dali saiu e
se espalhou pelo **país**
(1934: 11)

N'esta altura **abriram-se as camaras** e o
dr. Ramalho, que era deputado, teve que
sahir para Lisboa.
(1903: 41)

quando se **abrira o parlamento**, onde
tinha lugar pela vontade dos seus amigos,
não pela própria ambição.
(1934: 39)

— «Pois sim, rala-te! Tem mais juízo do
que tu com as tuas **republicanices**...
(1903: 248)

— Pois sim, rala-te! Tem mais juízo do que
tu com as tuas **filosofias**...
(1934: 191)

Muito agarrada aos velhos **codigos**
nobiliarchicos
(1903: 317)

Muito agarrada aos velhos **preceitos em**
que fora criada
(1934: 244)

b) Moeda

Uma das alterações mais evidentes no tempo decorrido entre as duas edições foi a da unidade monetária. Na maior parte das ocorrências, a autora elimina a referência ao real e até a valores concretos que, à data da segunda edição, estariam desactualizados.

— «**São vinte e cinco mil réis**, fóra estes
miudos que não vale a pena contar.
(1903: 78)

— **Este é o dinheiro grosso**, o resto não
vale a pena contar.
(1934: 66)

E olhe que é *p'ra* mais **de duzentos**
contos
(1903: 92)

E olhe que é *p'ra* mais **dumas**
centenas de contos
(1934: 76)

perguntou à mulhersinha, **entregando um**
tostão para pagar o vintem do custo
(1903: 140)

perguntou à mulher, **entregando o que lhe**
pediu em custo
(1934: 111)

para o momento em que me saísse da carteira **a última nota de cinco mil réis** (1903: 331)

para o momento em que me saísse do bolso **a última libra** (1934: 254)

c) Vestuário

A autora eliminou as referências a peças de roupa e adereços que deixaram de fazer parte do quotidiano.

O vestido leve de seda escura, **com enfeites de renda preta**, contrastava fortemente com a pallidez marfínea do rosto. (1903: 99)

O vestido leve de seda escura contrastava fortemente com a palidez marfínea do rosto. (1934: 81)

Ao lado da Viscondessa, toda de preto, **o decote a envolver-lhe o busto em soberbas rendas hespanholas**, afogada e coroada de brilhantes (1903: 175)

Ao lado da Viscondessa, toda de preto, afogada e coroada de brilhantes (1903: 175)

as mais novas escondendo a indecisão dos bustos de anémicas, a sahir da infancia, com exagerados **folhos de crêpe-lisse amarella** (1903: 177)

as mais novas escondendo a indecisão dos bustos de anémicas, a sair da infância, com exagerados **enfeites** (1934: 138)

d) Tecnologia e transportes

O texto acompanha as evoluções nas tecnologias que modificaram a vida quotidiana, tendo sido substituídas as referências à forma de energia utilizada ou aos transportes.

Mas, isto era ao accender dos candeeiros de petróleo, — não **chegou** ainda a civilização do **gaz** a todos os cantos de Portugal (1903: 4)

Era ao acender dos candeeiros de petróleo — não **chegara** ainda a civilização da **electricidade** a todos os cantos de Portugal (1934: 13)

N'um choque que se prolongou até às últimas carruagens. **O wagon-leito** ficou um pouco acima
(1903: 93)

— «A sr.^a D. Cândida quer dar-nos a honra de ir **na tua carruagem** — disse o Visconde á mulher.

— «Com o maior prazer.

— «**A sua carruagem é fechada**, Visconde ? — Bela interrogou.

— **É esta victoria, que trouxeram fechada**, não sei para quê.

— «Que pena, com uma noite d'estas! — sahindo para fora continuou —, mas de quem é então **aquele phaeton** tão bonitinho?

(1903: 97-98)

num choque que se prolongou até às últimas carruagens. **A primeira** ficou um pouco acima
(1934: 77)

— A sr.^a D. Cândida quer dar-nos a honra de ir **no teu carro** — disse o Visconde à mulher.

— Com o maior prazer.

— **É fechado**, Visconde? — Bela interrogou.

— **Trouxeram-mo fechado**, não sei para quê.

— Que pena, com uma noite destas! — saindo para fora continuou —, mas de quem é então **aquele** tão bonitinho?

(1934: 80)

e) Outros

Foram identificados ainda outros exemplos que, não cabendo nas subcategorias anteriores, respeitam igualmente às vivências quotidianas.

andava já procurando V. Ex.^a para ser meu par **na primeira quadrilha e na primeira valsa**

(1903: 177)

tal qual fora ao paço quando ministra e merecera descrição especial no *Illustrado*

(1903: 191)

Quando os viscondes, com João e Bela, entraram **na sua frisa no D. Amelia**

(1903: 275)

andava já procurando V. Ex.^a para ser meu par **na primeira valsa**

(1934: 139)

tal qual fora ao paço quando ministra e merecera descrição especial no *carnet mondain*

(1934: 149)

Quando os viscondes, com João e Bela, entraram **na frisa**

(1934: 211)

5. Adaptação ao contexto social

Além das alterações que se prendem com aspectos materiais do dia-a-dia, a edição de 1934 apresenta outras que enfatizam as preocupações correntes da sociedade, nomeadamente no que respeita aos princípios e valores dominantes e à posição da autora perante eles.

O Dr. Ramalho tentára então tratá-la **com ceremoniosas excelências**, o que a fazia rir perdidamente, terminando por lh'o proibir.

(1903: 41)

É que a intimidade acarreta mais vezes afeições assim ternas e simples do que traz o amôr — paixão.

(1903: 41)

N'esta altura abriram-se as camaras e o dr. Ramalho, que era deputado, teve que sahir para Lisboa.

(1903: 41)

O Dr. Ramalho tentara então tratá-la **cerimoniosamente, como convém a uma senhora que já pensa em se casar**, o que a fizera rir perdidamente, terminando por lho proibir.

(1934: 39)

E a sua amizade continuou sempre a mesma, com a franqueza e a ternura de um pai.

(1934: 39)

Agora, deixando-a livre de maior perigo resolveu-se a deixá-la entregue ao noivo quando se abria o parlamento, onde tinha lugar pela vontade dos seus amigos, não pela própria ambição.

(1934: 39)

Nos exemplos acima, são enfatizados preceitos morais que estavam ausentes na primeira edição: reforçando o que convém «a uma senhora que já pensa em se casar», eliminando a referência às relações de intimidade que não as do «amôr — paixão», e acrescentando que o Dr. Ramalho decidiu deixar Pilar «entregue ao noivo», afastando qualquer mal-entendido que subsistisse quanto à relação entre as duas personagens. Interessa expressar, porém, que em nenhum momento da narrativa, conforme consta na sua edição original, é sugerida qualquer relação amorosa entre Pilar e o Dr. Ramalho, sendo desde o início dito que este «vira-a crescer com o desvanecimento dum pai ou irmão mais velho» (1903: 41; 1934: 38). Porém, talvez as observações da autora sobre a

relação próxima entre as personagens fossem passíveis de ser consideradas impróprias no contexto social dos anos 30, justificando dessa forma as alterações.

Há outros dois casos de alterações ao texto que envolvem a personagem do Dr. Ramalho. Em certo momento, Bela afirma acreditar que Maria Helena e o Dr. Ramalho se amam, uma relação que não pode concretizar-se por não existir o divórcio. No exemplo abaixo, foram acrescentadas falas que procuram esclarecer que não se sugere uma traição, mas sim o direito ao divórcio.

— «[...] Pobre Maria Helena! Quando a vejo tão desgraçada, não sendo feliz nem fazendo feliz o marido, podendo-o ser tanto com quem a ama e... ia jurá-lo, ella ama também!

— «**O dr. Ramalho?**

— «**Sim. Se houvesse divorcio tudo se liquidava bem.**

(1903: 293)

— [...] Pobre Maria Helena! Quando a vejo tão desgraçada, não sendo feliz nem fazendo feliz o marido, podendo-o ser tanto com quem a ama e... ia jurá-lo! Ela ama também!

— **Que ideia!... Tu julgas que a Maria Helena seria capaz de atraiçoar o marido?!**

— **Sossega o teu sangue moiro... — riu francamente Bela — atraiçoar não, mas se houvesse o divórcio tudo se liquidava bem.**

(1934: 225)

Mais tarde, quando o visconde foge para Paris com uma das amantes e Maria Helena abandona a casa de Lisboa para se instalar na vila, foi suprimido o excerto que dava conta da presença do Dr. Ramalho.

Não faltou até quem perfidamente quizesse atingir a Viscondessa, que viera acolher-se aos muros amigos da velha casa e se fechára resolutamente na mais completa reserva, **porque ao tempo que o caso se dera estava o Ramalho em Lisboa e com João as acompanhara alli.**

(1903: 309)

Não faltou até quem perfidamente quisesse atingir a Viscondessa, que viera acolher-se aos muros amigos da velha casa e se fechara resolutamente na mais completa reserva.

(1934: 238)

Foi ainda ajustada mais uma passagem referente ao divórcio, uma das causas que mais marcaram a intervenção pública de Ana de Castro Osório na viragem do século, mas que ganhou diferentes contornos sociais na época de publicação da segunda edição da obra.

— «Um homem que foi, que é ainda, porque no nosso belo país não há **a lei redemptora do divórcio**, o seu próprio marido
(1903: 322)

— Um homem que foi, que é ainda, porque no nosso belo país não há **o divórcio**, o seu próprio marido
(1934: 248)

Outro exemplo prende-se com a caracterização de Cândida, uma personagem que desde criança é movida pela ambição de subir na vida, vingando-se de um passado de pobreza e sem estatuto social. Num primeiro momento, a referência «o pae era bêbedo e a mãe e os irmãos mal educados» é substituída por «uma família sem elevação moral».

Não tendo sido nunca uma criança ingenua, **porque o convívio d'uma família em que o pae era bebedo e a mãe e os irmãos mal educados** lhe tinha feito muito cedo conhecera da vida tudo quanto ella tem de inferior e baixo.
(1903: 25)

Não tendo sido nunca uma criança ingénua, **criada no convívio de uma família sem elevação moral**, muito cedo conhecera da vida tudo quanto ela tem de inferior e baixo.
(1934: 28)

Num segundo momento, são suprimidos dois parágrafos que contribuían para caracterizar a personagem, voltando a aludir ao seu passado familiar.

Perversamente egoista e ambiciosa era tão culpada por isso como pela belleza fatal que a tornara uma força da natureza.
Filha do meio, herdeira d'um sangue que o alcool envenenara, adulada em vez de severamente orientada pela educação, era

[Eliminado.]

como bella e orgulhosa flor cujo pé
mergulhado no pantano de morte e
podridão nutre o encanto das suas pétalas.

(1903: 259)

(1934: 199)

Outro caso ocorre quando no texto é descrito o projecto social que Bela e João estão a implementar na vila. Ao descrever o bairro operário projectado por João, é enfatizada a apreciação negativa sobre as condições em que vive a população rural mais pobre.

e pátio interior onde se faziam as
construções próprias para acomodação dos
animais, que em toda a população rural
fazem parte integrante e importantíssima da
família.

(1903: 242)

e pátio interior onde se faziam as
construções próprias para acomodação dos
animais, que em toda a população rural
fazem parte integrante e importantíssima da
família **e com ela vivem na mais perigosa
e abjecta promiscuidade.**

(1934: 186)

Caso semelhante acontece mais adiante, quando se fala do asilo-escola criado na vila, em que a passagem que consta na edição original, mais descritiva e menos directa, é substituída por outra mais directa e imbuída de um julgamento mais pronunciado, como exemplifica o seguinte excerto:

Queriam todos que a criança de pequenina
arrancada à miséria e à dor não tivesse que
voltar para a vida mais infeliz do que
nunca, com a alma vulnerável a todas as
amarguras, a todas as faltas, que mais
sentirá depois de ter conhecido o
aconchego e asseio

(1903: 313)

Era necessário que as crianças arrancadas à
miséria, à promiscuidade animal e à
ignorância, encontrassem ao entrar na vida
o ambiente próprio a uma existência mais
conforme à educação recebida

(1934: 240-241)

Outra situação que reflecte as alterações na vida social do país é a passagem em que as personagens assistem a uma ópera. Neste caso, acontece um pouco o oposto do

descrito nos exemplos acima, uma vez que é suprimido o excerto que dá conta das exigências de classe e de vestuário inerentes a uma ida ao teatro.

Não havia lugares inferiores, **de cima a baixo todos representavam um preço que não admitia a blusa do operário e o vestidinho domingueiro da costureira ou o côco dos pequenos burguezes, bem indiferentes de resto a acontecimentos artísticos, para os quaes lhes falta a educação esthetica.**

As **casacas** cruzavam-se nos corredores do terceiro andar como nos do primeiro

(1903: 276)

Não havia lugares inferiores, **as casacas e os *smokings*** cruzavam-se nos corredores do terceiro andar como nos do primeiro

(1934: 212)

6. Narrativa

Por fim, encontram-se no texto alterações que incidem directamente no conteúdo da narrativa, acrescentando passagens para melhor compreensão da história, ou mesmo, como acontece num dos casos, alterando a caracterização de uma personagem.

No final do capítulo XV, são alterados os últimos diálogos e acrescentados vários parágrafos, como os dois abaixo, que expandem a informação inicialmente fornecida ao leitor sobre o desentendimento entre o padre Matias e abade António, que culminou com a saída deste último das suas funções e, como tal, com a sua saída forçada da casa que ocupava e que pertencia à Igreja.

[*O excerto não consta nesta edição.*]

— A violência que hoje nos choca como uma injustiça há-de trazer felicidade à nossa obra, porque prova a justiça superior que a há-de fazer triunfar — disse gravemente Isabela.

A velha criada entrando de repelão não pôde impedir a entrada em tropel de alguns vizinhos e amigos a quem o sacristão segredara o caso e que protestavam energicamente contra o facto brutal,

ameaçando o cura a quem todos apontavam como único responsável. O mulhero em baixo começava a ferver em revoltas mal contidas.

(1903: 253)

(1934: 195)

É no seguimento desta passagem que a autora introduz os ajustes relativos à personagem do Teles, o responsável pela botica nova com aspirações a poeta. Em ambas as edições, Teles afirma sentir-se com «inteligência e capacidade» para «ser mais alguma coisa do que simples boticário de aldeia», e por isso esperava que a amizade com Emídio o ajudasse a subir na vida, apesar de afirmar que as causas de Isabela, João e do abade contavam com a sua «simpatia intelectual» (1903: 247-248; 1934: 190-191). Na segunda edição, Teles acaba por apoiar a causa em que acredita, ainda que por pouco tempo.

[*O excerto não consta nesta edição.*]

E no meio da balbúrdia que se ia estabelecendo com visível aflição do velho Abade, todos se calaram de súbito vendo aparecer o Teles que o apertou nos braços, dizendo em voz clara, embora trémula de comoção:

— De hoje para o futuro, no pouco que eu valer têm-me ao vosso lado para a grande obra do futuro!...

Comovidamente João e Isabela apertaram-lhe a mão. E o Teles, abraçado e aclamado por todos, sentiu-se feliz na reacção honesta da sua alma que as baixas intrigas e ambições não tinham conseguido dominar definitivamente.

(1903: 253)

(1934: 195)

— «É verdade, o que é o Teles, sabes?

— «Inspector não sei de quê...

— É verdade, o Teles portou-se bem na ocasião da saída do velho Abade. Mas o Vilhegas acudiu logo e arranjou-se

colocação não sei em quê. Enfim!... É dos menos maus e a sua ambição não se serve do crime para vencer.

(1903: 269)

(1934: 206)

Outros casos são aqueles em que são acrescentados excertos ao texto que permitem colmatar informação em falta ou expandir a que tinha sido inicialmente fornecida.

Depois encolheu os ombros e foi mais adiante, até onde a mais nova das Costas conversava com a mais nova das Souzas, ambas insignificantes, inferiorizadas pelas irmãs. A Costa um pouco mais bonita, clarinha e gorda, com grandes olhos inexpressivos em que as pestanas demasiado compridas davam um aspecto de boneca de loiça.

(1903: 193)

Depois encolheu os ombros e foi mais adiante, até onde a mais nova das Costas conversava com a mais nova das Souzas, ambas insignificantes, inferiorizadas pelas irmãs. A Costa um pouco mais bonita, clarinha e gorda, com grandes olhos inexpressivos em que as pestanas demasiado compridas davam um aspecto de boneca de loiça. **A Sousa tentando em vão uma evidência que um corpinho franzino não permitia.**

(1934: 150)

No excerto acima, foi acrescentada informação sobre a Sousa, no seguimento do que consta anteriormente, «a mais nova das Costas conversava com a mais nova das Souzas», em que só havia sido dada informação sobre a Costa.

No que toca ao casamento dos viscondes, também é acrescentada informação que torna mais explícito o fim do amor de Maria Helena pelo marido infiel, informação esta que se torna útil para compreender as suas acções futuras, bem como a afirmação de Isabela de que Maria Helena e o Dr. Ramalho nutriam sentimentos um pelo outro.

[*O excerto não consta nesta edição.*]

(1903: 273)

— Já não o amas, Maria Helena?

— Creio que não, minha filha! Há muito que me esqueci de conjugar o verbo... — concluiu com um riso forçado.

(1934: 210)

No exemplo abaixo, foi acrescentado «sem eu lhe poder responder», em consonância com a fala seguinte, que inicia com «Pode responder como quiser».

— Minha senhora, V. Ex.^a abusa do seu
sexo...

— Pode responder como quiser

(1903: 325)

— Minha senhora, V. Ex.^a abusa do seu
sexo **sem eu lhe poder responder.**

— Pode responder como quiser

(1934: 251)

A análise das alterações introduzidas no texto da segunda edição revela a preocupação de Ana de Castro Osório pela proximidade com os leitores e a sua perspicaz análise das circunstâncias sociais. Os 31 anos decorridos entre as duas edições foram um período conturbado da História nacional, com muitas e importantes alterações políticas e sociais que alteraram o panorama das vivências no país: mudança de regime político, alterações ao sistema educativo, alteração da ortografia, da moeda, e evolução das tecnologias e transportes.

Mantendo a essência do romance nas suas questões centrais, a autora trabalha para mantê-lo actual e pertinente, mostrando-se consciente da situação do país, dos valores dominantes e dos interesses do público, preocupações que podem ser identificadas seguindo a linha de correcções inseridas pela autora ao longo do texto. Assim, este considera-se um interessante estudo de caso do ponto de vista editorial, o que contribuiu para justificar a pertinência de uma nova edição do romance que evidencie estas características particulares.

2.3 O porquê de uma nova edição

À luz do que foi dito na introdução sobre as motivações deste trabalho de projecto, importa agora, depois de apresentadas sumariamente a vida e obra de Ana de Castro Osório e de analisado o romance *Ambições*, deixar algumas notas sobre a pertinência de propor uma nova edição deste livro.

Além do que vimos no ponto anterior sobre o processo de correcção do texto levado a cabo pela autora e da forma como reflecte a sua preocupação com os leitores e a sua capacidade de adaptação aos tempos, num período muito conturbado da História, o romance *Ambições*, ao ficcionar temas essenciais do debate social e político da

viragem do século, que foram também centrais na intervenção pública da autora, é um valioso estudo de caso no contexto da obra de Ana de Castro Osório. Seguindo a narrativa a partir do fio condutor da História que a inspirou e que, simultaneamente, quis contribuir para alterar, é possível ficar a conhecer um pouco mais sobre o próprio país e principalmente sobre a evolução das condições da mulher na sociedade.

E é neste ponto que reside a principal motivação para apresentar uma nova edição de um romance de Ana de Castro Osório, no geral, e de *Ambições*, em particular: a forma como nele convergem vários dos aspectos que circundam o tema mais amplo da escrita das mulheres e do seu papel no que Kathryn Bishop-Sanchez designa a «nossa memória cultural literária» (Bishop-Sanchez, 2004: 175). Como argumenta Vanda Anastácio, a História Literária «constituiu-se de acordo com um conjunto de ideias-chave do tempo», sendo hoje reconhecido que esta construção «tem sido responsável pelo desconhecimento de parte considerável da Literatura produzida no passado, bem como pela constituição de um cânone redutor» (Anastácio, 2002: 427-428).

Neste sentido, Kathryn Bishop-Sanchez salienta a «evidente falta de mulheres escritoras que se poderiam comparar com algumas das grandes escritoras canónicas da literatura ocidental» (Bishop-Sanchez, 2004: 169-170), como Jane Austen, as irmãs Brönte ou George Eliot. E acrescenta que, em Portugal, «o fenómeno da “mulher escritora” bem a par dos seus contemporâneos só emergirá mais tarde e principalmente no decorrer do século XX» (*Id.*, *Ibid.*: 172). É importante lembrar que, à época da primeira publicação de *Ambições*, em 1903, o Código Civil previa que «a mulher auctora não póde publicar os seus escriptos sem o consentimento do marido» (artigo 1187.º). Ambas as investigadoras estão de acordo quanto à necessidade de apostar na reedição das obras de mulheres silenciadas para que estas possam alcançar novos leitores e para que tenham a oportunidade de ser estudadas à luz de um contexto mais inclusivo.

Como vimos, Ana de Castro Osório, enquanto activista e enquanto autora, concentrou em si dois papéis fundamentais para a mudança da percepção da mulher na sociedade, tendo sido, ao lado de outras mulheres suas contemporâneas, directamente responsável em algumas das transformações que tiveram lugar nesse período. Maria Eduarda Santos identifica Ana de Castro Osório como uma das autoras

duplamente emblemáticas da mulher livre que se afirma na época moderna. Trabalhando e ganhando a vida, parcial ou totalmente independentes, constroem, através da escrita, representações duradouras e alargadas do que são ou querem ser: ao escreverem, propõem figurações romanescas da sua posição, e, ao assinarem, afirmam publicamente a sua identidade de autoras (Santos, 2011: 369).

De facto, apesar de Ana de Castro Osório ter assinado alguns dos seus textos publicados em periódicos com o pseudónimo Ann Moore, inspirado no nome da avó materna (Esteves, 2014: 33), a grande maioria das suas obras estão assinadas. Neste gesto das mulheres escritoras do início do século XX (ainda que algumas precursoras o tenham feito antes), Maria Eduarda Santos reconhece um assumir «plenamente a sua identidade de mulheres e escritoras, procurando afirmar-se em todas as dimensões», uma passagem histórica que considera marcar «a verdadeira rutura com a ficção do século XIX» (Santos, 2011: 370).

As preocupações de uma Ana de Castro Osório empresária, que depois do casamento passou a viver do seu trabalho, conforme registado na tese de Dulce Moacho (cf. Moacho, 2003: 63-67), são também um reflexo desta nova realidade do início do século XX: a mulher escritora que se torna «pouco a pouco naquela que pratica a escrita de forma profissional» (Santos, 2011: 369). Como a própria Ana de Castro Osório afirmou, a questão da independência da mulher era sobretudo económica ou, como perspicazmente identificou a sua contemporânea Virginia Woolf em 1929:

A liberdade intelectual depende de situações materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres têm sido sempre pobres, não só durante duzentos anos, mas desde o início dos tempos (Woolf, 1929: 155).

Por outro lado, pode facilmente desenhar-se um paralelismo entre a centralidade das questões abordadas em *Ambições* e na intervenção social e política de Ana de Castro Osório com outras que são hoje parte do debate público, verificando que a disparidade social, económica e política, ainda que noutros moldes, perdura nos nossos dias. Ao ler alguns dos escritos de Ana de Castro Osório que datam do início do século XX, é

surpreendente reconhecer a actualidade que mantêm, a pertinência que podem ter hoje como em 1903, 1905 ou 1911.

Paralelamente ao «cânone redutor», ainda hoje assistimos a uma discussão sobre a literatura de autoria feminina e sobre o tratamento concedido a obras que tratam temas tendencialmente considerados «masculinos» ou «femininos». A questão, tal como apresentada por Virginia Woolf, consiste no seguinte:

Falando grosseiramente, o futebol e o desporto são «importantes»; o culto da moda e a compra de roupa, «triviais». E estes valores são inevitavelmente transferidos da vida para a ficção. Este é um livro importante, assume o crítico, porque trata da guerra. Este é um livro insignificante porque trata dos sentimentos das mulheres numa sala de visitas — em todo o lado e muito mais subtilmente persiste a diferença de valores (Woolf, 1929: 109).

E esta premissa mantém-se válida ainda hoje, tendo vindo a ser discutida nos últimos anos, quer no meio académico, com vários trabalhos de investigação que procuram devolver a voz às mulheres esquecidas, quer no meio literário, com a análise de várias escritoras. Apesar de esta ser uma discussão que não cabe no objectivo do presente trabalho de projecto, é importante salientar que é também aqui que a obra de Ana de Castro Osório encontra pertinência na actualidade: enquanto parte de uma discussão, de uma reivindicação do valor — literário, artístico, cultural, social — das obras escritas por mulheres, enquanto contributo para recuperar vozes de mulheres que viveram em décadas ou séculos anteriores ao nosso, e para um alargar do cânone literário.

3. Projecto editorial

3.1 Modelo de edição

O presente projecto tem como objectivo preparar uma nova edição do romance *Ambições*, de Ana de Castro Osório, com vista à sua publicação e consequente disponibilização aos leitores de uma obra importante na literatura do século XX, fora de circulação desde os anos trinta do século passado. O projecto editorial que aqui se apresenta consiste numa edição crítica que assume como texto base o que consta na edição de 1934, última edição em vida da autora e na qual houve a sua intervenção, registando em aparato as variantes contidas na edição de 1903.

3.2 Critérios editoriais

1. Ortografia

A ortografia foi actualizada de acordo com a norma em vigor, tendo como base o Acordo Ortográfico de 1945.

Foi acrescentado hífen nas palavras compostas em que este estava em falta, como «má-língua» e «sangue-frio», ou em «padre-cura», termo grafado com hífen apenas em algumas ocorrências. Foram igualmente grafadas com hífen as cores compostas, como «verde-claro», «azul-pálido» ou «amarelo-sépia», não tendo estas uniformizações sido anotadas no aparato.

A contracção da preposição «para» foi grafada «pra» (em vez de «p'ra», conforme constava no texto base), e as suas formas combinadas com os artigos *a*, *o*, *as* e *os* foram grafadas «prà», «prò», «pràs» e «pròs», de acordo com as bases analíticas do Acordo Ortográfico de 1945. Adoptou-se o mesmo critério para a contracção da preposição «com» com os artigos *a* e *o*, ficando «co» e «coa» (em vez de «cô» e «co'a», como se encontra na edição de 1934).

Foi mantida a utilização concomitante dos ditongos «ou» e «oi» em palavras que admitem as duas variantes, como sejam «oiro» e «loiro», mas «tesouro» e «tourada».

Manteve-se também a utilização de «ó» (com valor de vocativo) e «oh» (com valor exclamativo) tal como consta na edição de 1934.

2. Maiúsculas e minúsculas

As abreviaturas «Sr.», «Sr.^a» e «Dr.», em que não havia uniformização quanto ao uso de maiúsculas e minúsculas, foram uniformizadas usando a maiúscula quando antecedem uma palavra grafada também em maiúscula (como «Dr. Ramalho», «Sr. Domingos» ou «Sr.^a D. Isabela»). Quanto antecedem uma palavra com minúscula, por exemplo em «senhor doutor» ou «senhora viscondessa», escrevem-se por extenso. No caso de abreviaturas de designações estrangeiras, como «M.^{elle}» ou «Mr.», estas são escritas em maiúsculas e em redondo quando seguidas do nome ou apelido, passando a ser escritas por extenso, em minúsculas e em itálico quando não são seguidas de nome.

Em títulos e cargos, como «visconde», «conselheiro», «abade», «bispo» e «padre», em que não existia uma uniformização, optou-se pela minúscula.

Foi usada maiúscula em «República», «Ministério» (quando se refere a um ministério específico) e «Estado»; foi usada minúscula em «universidade» e «penitenciária» (quando não são seguidos de uma designação específica).

3. Itálico

Foi mantido o uso de itálico nos termos e excertos em língua estrangeira, bem como na reprodução de marcas de oralidade e de pronúncias populares, tal como definido pela autora.

Estrangeirismos como *chic*, *toilette*, *lords* e *pur-sangs* foram mantidos na grafia adoptada pela autora, uma vez que o contexto justifica o uso dos termos na língua original.

Por outro lado, palavras que eram consideradas estrangeirismos mas que foram entretanto dicionarizadas foram grafadas em redondo, como são os casos de «gare», «quermesse» e «tule».

Foram grafadas em redondo as palavras que se conjectura terem sido grafadas erradamente em itálico por estarem imediatamente antes ou depois de uma palavra em itálico, como nos exemplos «*sô Domingos*» e «*Nan sei*», em que apenas a primeira palavra — o erro ou forma popular — deveria estar em itálico.

Foram grafados em redondo alguns termos em que se considerou não se justificar o emprego de itálico, como seja o caso de nomes e títulos estrangeiros, como

«Mary» e «Miss», e de localidades estrangeiras, como «Longchamp» e «Versailles»; em diminutivos de nomes, como «Zé»; ou em designações religiosas, como «Senhor dos Aflitos» ou «Coração de Jesus», casos em que nem sempre havia uniformidade na aplicação do itálico.

4. Pontuação e sinais gráficos

A pontuação empregue pela autora foi mantida, salvo nas seguintes exceções:

a) Nos diálogos, foram suprimidas as aspas que, por lapso, seguiam o travessão, uma vez que estas foram, no geral, eliminadas na edição de 1934.

b) Quando, nos diálogos, havia um travessão em falta, este foi inserido.

c) Nos diálogos, nos casos em que existia uma vírgula antes do travessão, havendo oração intercalar da autora com sequência de ideia, esta foi deslocada para depois do travessão, como no exemplo «— Não — assegurou, sorrindo do susto —, podemos vir no seu carro», em que a vírgula estava após «Não» e passou para depois do segundo travessão. O mesmo aconteceu em casos de uso de travessão não se tratando de diálogo.

d) Nos diálogos em que há intercalar da autora sem sequência de ideia, mas em que havia vírgula antes do travessão, esta foi eliminada, como na frase «— Boa noite, meus senhores — entrou dizendo e deitando para baixo a gola de peles», em que foi eliminada a vírgula após «meus senhores».

e) Foi acrescentada vírgula a isolar o vocativo nos casos em que a mesma estava em falta, como em: «— Conta lá, homem, desembucha.»

f) Foi acrescentada vírgula a isolar orações explicativas nos casos em que esta estava em falta, como: «Mas, reparando no ar desinteressado da Engrácia, que se voltava já para a porta, tornou»; «por lobrigar o gabão do padre-cura, que atravessava o largo»; «O que a você o rala é a pequena ser tratada pelo Vilhegas, que os levou para a nova».

g) Foram eliminadas outras vírgulas empregues erradamente, como nos seguintes casos: «Mas aquele fraco por saber o que se passava na terra, fazia-o esperar pela noite»; «Mas o que o doutor não sabe, é que o Manuel lavrador, que saiu de noite

para amanhecer na mata do rio»; «Ver repentinamente o filho que ficava quando a outra lhe fugia para sempre, era exacerbar a dor».

5. Erros

Foram corrigidos os casos em que era usado «porque» em vez de «por que», como em «por que razão»; os casos em que se utilizava «demais» em vez de «de mais»; e as contracções «dum» e «duma» quando seguidos de um verbo no infinitivo.

Foram igualmente acrescentadas as regências verbais quando estavam em falta, como em «gabava-se de que».

6. Aparato crítico

O texto de base é o da edição de 1934, sendo identificadas e transcritas em aparato as variantes entre as duas edições, bem como as intervenções editoriais que não estão identificadas nos critérios acima definidos.

Nas notas do aparato é apresentada a lição adoptada no texto crítico, seguida do separador] e da lição contida na edição original, identificada com a data de publicação (1903). As notas e comentários da responsabilidade da editora crítica são redigidos entre parêntesis rectos e em itálico.

Tratando-se de um aparato negativo, são apenas registadas as lições divergentes relativamente ao texto crítico.

Considerações finais

Os primeiros anos do século XX foram um período de intensas alterações do contexto social e político que influenciaram a emergência da primeira vaga do movimento feminista português. Foram várias as mulheres que, na viragem do século, lutaram intensamente pelas alterações da condição social da mulher, intervindo publicamente através da publicação em jornais e revistas, da edição de livros, da participação em conferências e da agregação em associações várias.

Ana de Castro Osório ficou para a História como uma das mais importantes feministas do início do século XX, mas esta é uma descrição redutora, sendo a sua actividade multifacetada, destacando-se como importante escritora, editora e activista na sua época. Ao longo da sua vida, participou em várias associações políticas e feministas, batalhou pela melhoria das condições sociais da mulher e pela igualdade de direitos e de oportunidades. Paralelamente, desenvolveu uma intensa actividade literária, que abarca textos infantis, ficção literária para adultos e textos dramáticos, incorporando nas suas obras os temas que debatia no espaço público, questões sociais e políticas fundamentais do período em que viveu.

Ana de Castro Osório foi uma das mulheres que viveram e escreveram numa época que não lhes era propícia, em que tinham de enfrentar

não a indiferença, mas a hostilidade. O mundo não lhes dizia como dizia a eles: «Escrevam se quiserem; é-me indiferente». O mundo dizia com uma gargalhada grosseira: «Escrever? Para que serve o que escrevem?» (Woolf, 1929: 81)

É por isso que a sua importância, tanto no panorama histórico como literário, se enquadra num tema mais amplo, o da escrita das mulheres e do seu frequente afastamento do cânone literário. Para contrariar este apagamento — ou mesmo o «branqueamento» de que fala Vanda Anastácio (Anastácio, 2002: 433) — é essencial promover a reedição ou a edição crítica de obras destas autoras, apresentando-as aos leitores de hoje e dando-lhes a possibilidade merecida de serem lidas e estudadas num momento mais liberto dos espartilhos com que depararam aquando da publicação, ou tentativa de publicação, das suas obras.

O romance *Ambições*, além de ser uma montra bastante ampla das preocupações sociais e políticas de Ana de Castro Osório, e por isso um bom ponto de partida para a abordagem à vida e obra desta autora, reflecte o seu trabalho editorial e a sua capacidade de adaptação a diferentes contextos históricos. A análise das duas edições que compõem a tradição editorial, a primeira de 1903 e a segunda de 1934, permite identificar vários tipos de correcções introduzidas pela autora que não incidem apenas em alterações estilísticas ou na correcção de incongruências na narrativa, mas também na sua adaptação ao contexto histórico (no que respeita aos aspectos materiais do quotidiano) e ao contexto social (tendo em conta os princípios e valores dominantes).

Considera-se que a proposta de uma nova edição de *Ambições*, uma edição crítica que identifica as correcções inseridas pela autora entre a primeira e a segunda edições, é um contributo pertinente para o estudo sobre Ana de Castro Osório. Para o alargamento deste estudo seria igualmente importante, numa investigação futura, analisar o espólio da autora, localizado na Biblioteca Nacional e composto sobretudo por correspondência, cruzando a informação aí patente com a extraída da sua criação literária e da sua intervenção cívica.

Da mesma forma, reconhece-se a pertinência de propor reedições de outras das suas obras, nomeadamente *Às Mulheres Portuguesas* (1905), considerada, como vimos, «a primeira obra de propaganda declaradamente feminista desta época» e «determinante na evolução do feminismo português» (Silva, 1983: 905), e de *As Mulheres no Casamento e no Divórcio* (1911), por representarem exemplos determinantes da obra de Ana de Castro Osório e marcantes na história da luta pela emancipação da mulher.

Paralelamente, este trabalho de projecto integra-se no propósito mais amplo de contribuir para a visibilidade de autoras que não fazem parte da «nossa memória cultural literária», segundo a definição presente em Bishop-Sanchez (2004: 175), o que acontece com Ana de Castro Osório, cujo nome é hoje recordado em associação com o feminismo, eventualmente com a literatura infantil, mas não com a literatura de forma mais ampla. Outras mulheres escritoras existem cujo nome não chegou sequer até aos dias de hoje. Neste sentido, seria interessante cruzar o estudo da vida e obra de Ana de Castro Osório com o de outras autoras do mesmo período ou de um período anterior. Compreender as circunstâncias em que escreveram e os constrangimentos que enfrentaram permite-nos compreender também o panorama literário actual e o papel da escrita das mulheres hoje.

Referências bibliográficas

- Anastácio, Vanda (2002). “Mulheres varonis e interesses domésticos” (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX). *Actas do Colóquio — Literatura e História*. pp. 427-445. Consultado em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/330>
- APLRC — Associação Propagadora da Lei do Registo Civil (1908). Regulamento dos Trabalhos do Congresso Nacional do Livre Pensamento, 19 a 22 Abril. Consultado em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04525.017#!1>
- Araújo, Maria de Fátima (2007). *Mulher: A Figura Feminina em Às Mulheres Portuguesas, de Ana de Castro Osório*. Tese de Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.
- Bastos, Rachel (1935). *Ana de Castro Osório, mulher*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.
- Bishop-Sanchez, Kathryn (2004). Mulheres invisíveis: a escrita no silêncio. *The Other Nineteenth Century*, Portuguese Literary & Cultural Studies, 12, pp. 169-182.
- Castro, Zília Osório de (2011). As Intelectuais. *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 79-107.
- Código Civil Português. Aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867. Segunda edição oficial*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cordeiro, Célia Carmen (2012), *Ana de Castro Osório e a Mulher Republicana Portuguesa: Veículo de Regeneração da Nação e Preservação da Identidade Nacional*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Duarte, Luiz Fagundes (1993). *A Fábrica dos Textos: Ensaio de Crítica Textual acerca de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Esteves, João (1991). *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- (2001). Os Primórdios do Feminismo em Portugal: A 1.^a Década do Século XX. *Penélope*, n.º 25, pp. 87-112.
- (2008). *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- (2011). Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.^a República. *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 19-46.
- (2014). *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

- Esteves, João; Monteiro, Natividade (2011). Introdução. *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 13-18.
- Instituto dos Registos e Notariado (2008). Registo Civil: Enquadramento histórico-legislativo. Consultado em http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico/
- Lopes, Ana Maria Costa (2005). *Imagens da mulher na imprensa feminista de oitocentos: percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- LRMP — Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909). Expediente da Liga. *A Mulher e a Criança*, n.º 1, Abril de 1909, Ano I. Consultado em <http://www.sec-geral.mec.pt/repositorio>
- Medeiros, Maria de Fátima (1997). *Do fruto à raiz: uma introdução às histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*. Tese de Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa dos Séculos XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Moacho, Dulce (2003). *Ana de Castro Osório e as raízes do feminismo em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Osório, Ana de Castro (1903). *Ambições*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, Libânio & C.^a.
- (1905). *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tomás Cardoso.
- (1909). Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. *A Mulher e a Criança*, n.º 1, Abril de 1909, Ano I. Consultado em <http://www.sec-geral.mec.pt/repositorio>
- (1910). Carta Aberta. *A Mulher e a Criança*, n.º 16, Setembro de 1910, Ano II. Consultado em <http://www.sec-geral.mec.pt/repositorio>
- (1911a). *A Mulher no Casamento e no Divórcio*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores.
- (1911b). *As Operárias das Fábricas de Setúbal e a Greve. Resposta de Ana de Castro Osório ao “Germinal”*. Setúbal: O Radical. Tipografia Santos.
- (1934). *Ambições*. 2.^a Edição. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Pires, Maria da Natividade (2011). Ana de Castro Osório e a Literatura Tradicional: Transmissão de Padrões Étnicos e Comportamentais. *Memória e Cidadania na Literatura Tradicional Peninsular*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 165-176.
- Ribeiro, Fernando (2013). Escrita no Feminino — Ana de Castro Osório: *Uma Lição da História e Às Mulheres Portuguesas*. *Faces de Eva: Revista de Estudos Sobre a Mulher*, n.º 29, pp. 67-88.

- Santos, Maria Eduarda Borges (2011). *Da identidade feminina na ficção portuguesa de oitocentos: Voz(es) de mulher, perspectiva(s) de autor*. Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa, Universidade de Salamanca. Consultado em https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/5242/1/Eduarda_Santos.pdf
- Saraiva, António José; Lopes, Óscar (1989). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 15.^a edição.
- Silva, Maria Regina (1983), Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras do Século XX. *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3.º, 4.º, 5.º, pp. 875-907. Consultado em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf>
- Silva, Maria Regina; Vicente, Ana (1991). *Mulheres Portuguesas: Vidas e Obras Celebradas, Vidas e Obras Ignoradas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Sousa, José Manuel Guedes de (2012). Mulheres na I República: Memória, História e Cidadania. *Faces de Eva: Revista de Estudos Sobre a Mulher*, n.º 28, pp. 131-137.
- Souza, Maria Reynolds de (2013). *A Concessão do Voto às Portuguesas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Woolf, Virginia (1929), *Um Quarto Só Para Si*. Lisboa: Relógio D'Água, 2005.